

TRABALHO INFANTIL: ESTUDO COMPARADO BRASIL E REINO UNIDO

Alexsandra Saldanha Cabral¹

Ircineide Santos Soares²

Rodrigo Fortunato Goulart³

RESUMO: O presente estudo tem por objetivo demonstrar os compromissos de abolir todas as formas de trabalho infantil nas leis de Brasil e Reino Unido, países que ratificaram as Convenções 138 e 182 da OIT. Cada nação analisada fixou a idade mínima – não podendo ser inferior à idade de conclusão da escolaridade obrigatória – e as condições de ingresso do menor no mercado de trabalho. Aborda-se também a evolução histórica e os programas sociais adotados para combater o problema. Verificou-se que no Brasil o programa Bolsa Família trouxe uma redução tímida e lenta do trabalho infantil. Ainda existem muitas crianças trabalhando, inclusive nas piores formas, como na prostituição e na agricultura. Entretanto, no Reino Unido os programas sociais implantados proporcionaram maior eficácia, não obstante existirem naquele país muitas crianças trabalhando nas piores formas de trabalho, como prostituição e forças armadas. Os dados estatísticos comentados demonstraram que o trabalho infantil, mundialmente, caiu de 222 milhões em 2004 para 215 milhões em 2008, ou seja, 3%. Conclui-se que apesar dos dados apresentarem melhoras ao longo das décadas, ainda é preciso intensificar os programas no Brasil e Reino Unido para a erradicação total do trabalho infantil a curto e médio prazos.

ABSTRACT: This study aims to demonstrate that in the laws of ILO member states, Brazil and the United Kingdom, which ratified ILO Conventions 138 and 182, were made commitments to abolish all forms of child labor. Each nation has set the minimum age – since not being less than the age for completing compulsory schooling – and the conditions of admission of the child in the labor market. It discusses the historical evolution and the programs adopted to combat the problem. In Brazil, the *Programa Bolsa Família* ('Family Scholarship Program') brought a timid and slow reduction of the child labor. There is still many children working in many different ways, like prostitution, agriculture and others. The programs implemented in the UK showed greater efficacy and the child can work if authorized by the Education Department. However, many children still work in the worst ways, such as prostitution and also as cadets in the military. The discussed statistics showed that the child labor worldwide fell from 222 million in 2004 to 215 million in 2008 down only 3%. We conclude that the welfare of the child has no correlation to the GDP of nations. The general pattern of reduction in child labor was kept, the more dangerous and more vulnerable the children involved, the faster the fall.

¹ Graduanda do Curso de Direito das Faculdades OPET, Curitiba/PR.

² Graduanda do Curso de Direito das Faculdades OPET, Curitiba/PR. Especialista em Direito do Trabalho pela Academia Paranaense de Estudos Jurídicos/Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba/PR. Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Economia – FAE, Curitiba/PR. Licenciada em Matemática pelo Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET – Curitiba/PR.

³ Mestre e Doutorando em Direito - PUCPR. Professor de Graduação (OPET - Curso de Direito) e Pós-Graduação (PUCPR e EMATRA - Especialização em Direito do Trabalho). Pesquisador do Projeto “O Estado e a Atividade Econômica” - PUCPR. Contato: goulartrodrigo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A dignidade da pessoa, enaltecida pelo Cristianismo desde o Antigo testamento, é um conjunto de valores subjetivos indissociáveis, inalienáveis e irrenunciáveis, inspirando as constituições dos países a aplicar o princípio da dignidade como direito fundamental.⁴ O reconhecimento da dignidade da pessoa assegura a cada homem as garantias de liberdade, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça.⁵

Arnaldo Sussekind especifica que o Direito Internacional do Trabalho identifica o Direito Internacional Público que trata da proteção do trabalhador, como parte de um contrato de trabalho ou como ser humano, universalizando os princípios de justiça social. Para o autor, a Declaração dos Direitos do Homem:

... não constitui um tratado ratificado pelos Estados-membros da ONU; mas, por consagrar princípios fundamentais da ordem jurídica internacional, que devem caracterizar a civilização contemporânea, é considerada fonte de máxima hierarquia no mundo do direito, pois há direitos supra-estatais, inerentes ao ser humano, que devem ser usufruídos independentemente de leis nacionais ou tratados internacionais ratificados. Essa Declaração visou explicitar tais direitos e ressaltar o dever das nações de torná-los efetivos.⁶

A Declaração Universal dos Direitos Humanos preceitua no art. XXV “2” que a maternidade e a infância têm direitos a cuidados e assistências especiais. Nesse passo, oportuno destacar que os direitos fundamentais no trabalho são concebidos como princípios.⁷

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) realinha-se ao Direito Internacional dos Direitos Humanos, o qual é mais denso no plano dos princípios.⁸ A OIT não se limita à normatização e verificação do cumprimento das Convenções, age de forma pro-ativa, influenciando positivamente em todo o processo de implementação das convenções.⁹

A Convenção nº. 138 objetiva a abolição do trabalho infantil, ao estipular que a idade mínima de admissão ao emprego não deverá ser inferior à idade de conclusão do ensino obrigatório. De outra banda, a Convenção nº. 182 defende a adoção de medidas imediatas e eficazes que garantam a proibição e a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

⁴ AZEVEDO, Ana S. Voss. **Estado & Atividade Econômica**. O Direito Laboral em Perspectiva. Artigo: A Terceirização como Formo de Desvalorização das Relações de Trabalho sob o enfoque do Princípio da Dignidade Humana. Curitiba: Juruá, 2007, p. 184.

⁵ VILLATORE, Marco Antônio. **Estado & Atividade Econômica**. O Direito Laboral em Perspectiva. Curitiba: Juruá, 2007. p. 152.

⁶ SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho**. LTr, São Paulo, 2000 .

⁷ LAGE, Émerson José Alves. **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional**. LTr, São Paulo, 2005.

⁸ No Brasil, as relações internacionais regem-se por: Art. 4º. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II prevalências dos Direitos Humanos (Constituição/88).

⁹ LAGE, Émerson José Alves. **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional**. LTr, São Paulo, 2005.

Conforme os dados econômicos e políticos apresentados, o Brasil é um país em desenvolvimento, enquanto que o Reino Unido insere-se no grupo dos países considerados desenvolvidos, não podendo ser negligenciado que a Inglaterra foi o berço da Revolução Industrial, marco para o desenvolvimento econômico. O Brasil¹⁰ é uma democracia com regime de governo presidencialista, população de 192 milhões de habitantes, PIB de US\$ 1,57 trilhões e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) equivalente a 0,813 (2009). O Reino Unido¹¹ é uma Monarquia Constitucional, com uma população de 62,4 milhões de habitantes, PIB de US\$ 2,18 trilhões (2009), IDH de 0,947 (2009).

1. RELATO HISTÓRICO

A partir da do final do século XIX, quando ainda não havia regras de proteção ao trabalhador no Brasil, a economia era basicamente agrícola e formada por um sistema econômico baseado na utilização de mão-de-obra escrava. Vale afirmar, o trabalho era forçado e todo o controle da produção era centralizado nas mãos dos senhores. Os senhores empregavam os menores em atividades domésticas, indústrias rudimentares como olarias, sendo habitual o trabalho nos campos desde pequena idade. Nesse período, destaca-se a Lei Áurea, embora não seja de caráter trabalhista, é considerada como marco inicial da relação de emprego no Brasil. Alguns autores dividiram a história jurídica do trabalho brasileiro em: Fase pré-histórica (da independência até a abolição da escravatura) e Fase histórica (da abolição da escravatura, em 1888, até a Revolução de 1930).

No Reino Unido, o fenômeno da Revolução Industrial – quando em 1800 espalhou-se por toda a Bretanha o uso de máquinas a vapor – acabou levando a um aumento maciço do número de fábricas (sobretudo nas têxteis e moinhos). O número de empresas cresceu e as pessoas do campo começaram a se mover para as cidades à procura de trabalho, pois o salário de um trabalhador agrícola era muito baixo e não havia empregos em fazendas em virtude da

¹⁰ Nome Oficial: República Federativa do Brasil. Área: 8.514.215,3 km². Moeda: Real (R\$). Densidade demográfica: 22,55 hab/km². Taxa de analfabetismo: 12% (PNAD 2010). Renda Per capita: US\$ 10.220 (estimativa 2009). Fonte: <http://economia.ig.com.br/brasil>. Acesso em 02/11/10.

¹¹.Nome oficial: Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte (United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland). Tendo a Rainha Elizabeth II como monarca e chefe de estado. Países: Inglaterra, Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales. Área: 244.100 km² Moeda: libra esterlina (£) Pound Sterling. Densidade demográfica: 254,7 hab./km². Taxa de analfabetismo: menor que 5% (2000). Renda Per Capita: US\$ 35.334 (estimativa 2009). Fonte: CIA – The World Factbook 2006. Disponível em: www.google.com/publicdata - Banco Mundial, Indicadores do Desenvolvimento Mundial – 2010.

invenção e utilização maquinarias, como o debulhador. Por outro lado, milhares de novos trabalhadores eram necessários para os ofícios nas máquinas dentro das fábricas e fundições.¹² No início do Século XIX cerca de 1/5 da população da Grã-Bretanha vivia no campo, mas em 1851, metade da população do país acabou transferindo-se para cidades como Londres.

As novas localidades eram sujas e insalubres. O lixo doméstico era jogado nas ruas, sendo terreno fértil para doenças.¹³ Muitos dos trabalhadores fabris eram crianças, a partir dos quatro ou cinco anos. Trabalhavam muitas horas por dia e, muitas vezes eram maltratados. As piores formas de trabalho conhecidas eram nas minas de carvão, pois trabalhavam os menores como limpadores de chaminé, embora uma Lei em 1832 houvesse proibido tal forma de trabalho feito por crianças.¹⁴

Olga Guimarães Martins¹⁵ descreve a influência da Revolução Industrial:

Com os avanços tecnológicos a taxa de mortalidade foi diminuindo, as condições de trabalho e de higiene foram melhorando substancialmente, assim como, as condições de vida, ou seja, a Revolução Industrial constituiu um marco fundamental para a alteração do rumo dos acontecimentos a nível internacional. A paisagem citadina nunca mais foi a mesma e o ritmo de vida acelerou de uma forma surpreendente.

Para essa época, com a industrialização adveio poluição, o homem “escravo” das máquinas, a lutas de classes, apesar de trazer desenvolvimento para o Reino Unido e para o mundo.

2. LEGISLAÇÃO

A abolição do trabalho infantil é um dos objetivos principais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que não economiza esforços e programas para erradicar este mal. O método de ação da OIT, na condição de organismo especializado no trato das questões trabalhistas e sociais no âmbito das Nações Unidas, dedica especial atenção à elaboração de normas e programas internacionais que tem por objetivo melhorar as condições de vida e de trabalho e aumentar as possibilidades de emprego do trabalhador, assegurando o respeito dos

¹² Disponível em : <http://www.merriam-webste.com> Acesso em 20/10/10.

¹³ Casas foram sendo construídas muito rapidamente e com baixo custo. Não havia água encanada ou banheiro. Uma rua inteira teria que compartilhar uma bomba de ar livre e um par de banheiros fora.

¹⁴ Disponível em: <http://br.answers.yahoo.com/question> Acesso em 20/10/10.

¹⁵ Dissertação de Mestrado em estudos ingleses: **Condições de Vida e de Trabalho na Inglaterra da Revolução Industrial**: Universidade Aberta, Lisboa, 2008, cita: GASKELL, Elizabeth. North and South. 1854-5. Oxford: Oxford UP, 1982. Tradução livre baseada no texto em Inglês: The side of the town on which Crompton lay was especially a throughfare for the factory people. In the back streets around them there were many mills, out of which poured streams of men and women two or three times a day. Disponível em: <http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle>. Acesso em 20/10/10.

seus direitos fundamentais. A estrutura da OIT tem sua composição tripartida, isto é, trabalhadores, empregadores e governos.

3.1 Brasil

A Constituição Federal de 1988 revolucionou o tratamento dos brasileiros em idade infantil ou juvenil, fixando como pilares de sustentação da ordem econômica nacional a valorização do trabalho, com a finalidade de propiciar existência digna e distribuir justiça social por meio da redução das desigualdades sociais (art. 170 *caput* e incisos CF/88). O critério fundamental foi a dignidade humana, visando preparar o menor para futuramente se tornar a prova de sustentação da ordem política e social do país.

Na mesma linha, o art. 402 da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), no Título III (Das Normas Especiais de Tutela do Trabalho), Capítulo IV (Da proteção do trabalho do menor), Seção I (Disposições Gerais), estabelece que considera menor o trabalhador de quatorze anos até dezoito anos de idade.

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) estabeleceu uma profunda e radical mudança em relação ao tratamento dos menores no Brasil, disciplinando, para garantia da proteção integral das crianças e dos adolescentes, que compete à família, à sociedade e ao Estado o dever prioritário de assegurar-lhes o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. As regras especiais de tutela e proteção do trabalho do menor são reguladas pela Lei n. 8.069/90 de 13.07.1990, que estatuiu no seu Capítulo V importantes normas para proteção do menor, inspiradas nos Princípios da Declaração Universal dos Direitos da Criança. No art.2º., considera criança, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes, a pessoa entre 12 e 18 anos de idade.

3.2 Reino Unido

A Lei aplicada na Inglaterra, no País de Gales e a Lei da Irlanda do Norte são baseadas no princípio do direito comum, utilizando o senso comum¹⁶. Por outro lado, o direito escocês é um sistema híbrido baseado nos princípios do Direito Civil e do Direito Comum.

¹⁶ A essência do direito comum é que a lei é feita por juízes, situados em cortes, utilizando o senso comum e seus conhecimentos de precedente legal (*stare decisis*) para os fatos anteriores a eles.

A Constituição do Reino Unido é composta de fontes escritas, incluindo estatutos, jurisprudências e tratados internacionais. Não é codificada¹⁷. Não há diferença entre estatutos comuns e leis, considerados “Direitos Constitucionais”. O Parlamento Britânico pode executar “reformas constitucionais” simplesmente pela aprovação de Atos Parlamentares. Não pode aprovar leis que os futuros parlamentares não possam mudar. O Primeiro-ministro é o chefe de governo, pertence ao membro do Parlamento.

Os tribunais máximos da Inglaterra e País de Gales são chefiados pelo Supremo Tribunal da Judicatura, sendo: Tribunal de Apelação para os casos criminais e civis;¹⁸ Suprema Corte da Justiça, para os processos civis; Corte Real, para os casos penais. No Direito Escocês, os tribunais máximos são: Tribunal de Sessão, para os processos cíveis; Tribunal Superior de Justiça, para os casos criminais; Comitê de Apelação da Câmara dos Lordes.¹⁹

O sistema jurídico da Grã-Bretanha é baseado em um direito jurisprudencial, portanto, não há regulamentação geral das condições de trabalho, tanto pela via legal, prevalecendo a negociação em cada local de trabalho da empresa, com orientação dos sindicatos ao concretizar a conciliação de interesses, em que são definidas as regras a serem cumpridas tanto pelos empregados, quanto pelos empregadores, durante a execução do contrato de trabalho.²⁰ Para os casos de lides, compreende: Sistemas de Mediação Laboral (SML), um serviço promovido pelo Ministério da Justiça; Regime Processual Civil Experimental (RPCE), aprovado pelo Decreto-Lei 108/2006, aplicável às ações declarativas, entradas a partir de 16/10/06 em quatro Tribunais; também a Arbitragem Voluntária é uma das formas de resolução alternativa de litígios.²¹

O Reino Unido ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), em 16 de dezembro de 1991, sendo que o Tratado entrou em vigor em 15/01/1992, garantindo a todas as crianças mais de quarenta direitos específicos. Estes incluem, entre outros: o direito à vida,

¹⁷ O Reino Unido é um dos três países do mundo de hoje que não tem constituição codificada (sendo os outros dois a Nova Zelândia e Israel).

¹⁸ Tribunal de Apelação é o maior órgão jurisdicional, tanto para casos criminais como civis na Inglaterra, Gales e Irlanda do Norte, e qualquer decisão dessa corte sobrepõe a de todos os outros tribunais.

¹⁹ O mais alto tribunal de recurso para os processos civis na Escócia, mas apenas no caso do Tribunal de Sessão conceder a autorização de recurso ou a sentença inicial for por decisão da maioria.

²⁰ OLIVEIRA, Sandra L Sabo de. **Reflexos da Globalização da Economia nas Relações de Trabalho: México, Inglaterra e China**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

²¹ As partes, mediante convenção de arbitragem, submetem a decisão a Juízes Árbitros por elas escolhidos, que julgam a causa nos termos da lei por equidade, mediante autorização das partes e desde que o litígio não esteja exclusivamente atribuído a tribunal judicial ou a arbitragem necessária e não respeito os direitos indisponíveis. Disponível em: www.citius.mj.pt/portal/artigos - 2010. Acessado em 12/10/10.

sobrevivência e desenvolvimento; o direito a ter sua opinião respeitada e ter seus interesses considerados em todos os tempos.

4. A IDADE MÍNIMA PARA O TRABALHO

A OIT flexibiliza a idade para admissão ao trabalho em função do desenvolvimento do país e suas necessidades. A Convenção nº. 138 admite a idade mínima de 14 anos para o trabalho infantil. Sugere, também, a idade mínima de 13 anos para trabalhos considerados leves, ou seja, aqueles não susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde ou educação e os trabalhos relacionados à mídia. Estabeleceu que os países-membros devem seguir uma política para elevar a idade mínima de admissão do menor ao emprego, considerando que a faixa etária para essa finalidade deve se dar em um nível adequado ao pleno desenvolvimento físico e mental do menor. Também disciplinou que cada país-membro deve fixar a idade mínima e as condições de ingresso do menor no mercado de trabalho, levando em conta o estágio de desenvolvimento de cada país, que não poderá ser inferior à idade de conclusão da escolaridade compulsória.

4.1 Brasil

A Convenção nº. 138 passou a vigorar no ordenamento jurídico do Brasil a partir de 28/06/2002, regulando a fixação da idade mínima para admissão no emprego. A idade mínima conforme as principais fontes de leis, decretos e convenções de proteção do trabalho infanto-juvenil, inicia-se na Constituição Federal 1988 que após o advento da Emenda n. 20/98, proíbe qualquer trabalho aos menores de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos. Dispõe o art. 7º., inciso XXXIII:

Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Como precitado, a CLT (Consolidação as Leis do Trabalho), no art. 403, também estabelece ser proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos. Nessa esteira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispõe no art. 60, Capítulo V (Do direito à profissionalização e à proteção no trabalho), ser proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

4.2 Reino Unido

A idade mínima para trabalhar em tempo parcial no Reino Unido é de 13 anos, desde que seja em “trabalhos leves”, ou seja, os não susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde e educação. Após a idade escolar, ou seja, a partir dos 16 anos, o jovem pode pedir o *National Insurance Number* (Número Nacional de Seguro) e trabalhar em tempo integral. Mas, em qualquer idade, as crianças podem trabalhar em Televisão, Teatro, Modelagem e atividades similares. Para essas atividades deve estar com acompanhante. Será necessário obter uma autorização específica emitidas pela autoridade local. Antes de conceder a licença, a autoridade fará contato com a escola da criança, para garantir que a educação não sofrerá prejuízo.

A respeito do tempo de duração, durante o período letivo as crianças podem trabalhar, no máximo, 12 horas por semana. Isto inclui um máximo de duas horas nos dias de aula e aos domingos, aos sábados um máximo de cinco horas (13 a 14 anos), ou oito horas (15 a 16 anos).

Por fim, a respeito das férias escolares, as crianças de 13 a 14 anos de idade podem trabalhar, no máximo, 25 horas por semana, durante as férias, sendo um máximo de cinco horas durante a semana e aos sábados, um máximo de duas horas no domingo. Os adolescentes de 15 a 16 anos de idade podem trabalhar, no máximo, 35 horas por semana, sendo até oito horas em dias úteis e sábados e até duas horas no domingo.

5. PIORES FORMAS DE TRABALHO INFANTIL

Convenção nº. 182 da OIT fixa que os países-membros devem criar e colocar em prática, em caráter de urgência, programas de ação política capazes de proibir e erradicar as piores formas de trabalho infantil, tendo em vista o âmbito nacional e internacional. Quando a Convenção menciona o termo “infantil” ou “criança” está se referindo a toda pessoa menor de dezoito anos de idade. Portanto, a proibição das piores formas de trabalho tem como destinatário da proteção as crianças e os adolescentes menores de dezoito anos. Destaca o texto as atividades proibidas para pessoas abaixo de 18 anos, *in verbis*:

- todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívidas, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou obrigatório de crianças a serem utilizadas em conflitos armados;
- utilização, recrutamento e oferta de criança para fins de prostituição, produção ou atuações pornográficas;

- utilização, recrutamento e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de entorpecentes, conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;
- trabalhos que por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.

De outro lado, a Recomendação nº. 190 da OIT estabelece critério para determinar os trabalhos que são susceptíveis de prejudicar a saúde, segurança e a moral da criança:

- trabalho que expõe crianças a abusos físicos, psicológicos ou sexuais;
- trabalho embaixo da terra, embaixo da água, em alturas perigosas ou em espaços confinados;
- trabalhos em maquinaria, equipamento e ferramentas perigosas, ou que envolvam a manusear ou transportar cargas pesadas;
- trabalho em ambientes insalubres que possa, por exemplo, expor crianças a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a níveis de temperatura, ruído ou vibração que possam ocasionar danos à saúde;
- trabalho em condições particularmente difíceis, como por longas jornadas, durante a noite, ou onde a criança é confinada no local de trabalho;
- trabalho penoso, citado no Estatuto da Criança e do Adolescente, ainda não foi regulamentado. Tem-se, como o trabalho que provoca desgaste físico ou psicológico.
- Trabalho noturno: realizado entre 22 h de um dia às 5h do dia seguinte, em atividade urbana; das 21h de um dia às 5h do dia seguinte, na agricultura; das 20h de um dia às 4h do dia seguinte, na pecuária.

De acordo com a definição dada dia 11 de maio de 2010, em Haia, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), os piores exemplos de trabalho infantil são todos aqueles que envolvem qualquer forma de escravidão, incluindo tráfico e uso de crianças em conflitos armados, prostituição infantil e crianças exercendo atividades ilícitas, tais como o tráfico de drogas.

5.1 Brasil

A Convenção nº. 182 passou a vigorar no ordenamento jurídico do Brasil a partir de 02/02/2001. Para o Brasil, as piores formas de trabalho infantil são o trabalho escravo em canaviais, minas de carvão, funilarias, metalúrgicas e servidão por dívida, que reduzem o trabalhador à condição análoga à de escravo, por meio de trabalhos forçados, jornada exaustiva ou condições degradantes, maus tratos e exposição ao perigo ou à saúde da criança ou adolescente. Algumas atividades sujeitam a criança a trabalhos inadequados e ilícitos, como, por exemplo, a exploração da prostituição de menores e pornografia.

Conforme dados do PNAD divulgados pela OIT, o trabalho infantil entre 5 e 17 anos de idade no Brasil diminuiu em quase 50% entre 1992 e 2007. De acordo com o mesmo relatório, o número de brasileiros abaixo dos 18 anos que trabalham passou de 8,2 milhões em 1992 para 4,85 milhões em 2007. Apesar do avanço, o número de crianças que trabalham no país ainda é elevado e uma desaceleração na trajetória de redução do trabalho infantil foi

registrada nos últimos. Os meninos são as maiores vítimas, representando 66% do total de crianças e adolescentes ocupados. Já, as meninas, em sua maioria, trabalham em serviços domésticos.

A maioria penal no Brasil ocorre aos 18 anos, segundo o artigo 27 do Código Penal, reforçado pelo artigo 228 da Constituição Federal de 1988 e pelo artigo 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069/90.

5.2 Reino Unido

As crianças no Reino Unido, por óbvio, não têm permissão para fazer os trabalhos relacionados na Convenção nº. 182 e Recomendação nº. 190, ou seja, susceptível de ser prejudicial à sua segurança, saúde, desenvolvimento ou de trabalho que irá afetar a sua assiduidade escolar ou a participação em experiências de trabalho. Também, não tem permissão para trabalhar em fábricas ou em trabalhos de construção, transportes, minas e navio mercantes registrados. Se autorizados a trabalharem no comércio de ruas, deverá ser em determinados dias e quantidade de horas, e, ainda, apenas em alguns lugares, mediante autorização da autoridade local, assinada pelo empregador e um dos pais.

Os projetos da OIT previam, para o ano 2000, que mundialmente houvesse 0 (zero) crianças economicamente ativas, entre as idades de 10-14 anos.²² Em 2000, a população do Reino Unido era de 58.744.000, sendo 13.337.000 jovens, com 1.821.857 destes na idade de 16 a 19 anos, ou seja, economicamente ativos. Destes, a *Save The Children*, concluiu que cerca de 30%, das crianças de 12 anos de idade e cerca de 20% de 11 anos de idade estavam sendo empregadas ilegalmente com baixos salários.²³

O Reino Unido é um país de destino para indivíduos traficados. Até 2001, cerca de 1.500 mulheres e meninas eram levadas para o país anualmente para fins de exploração sexual, vindas do Leste da Europa, Balcãs, América do Sul, Nigéria, Tailândia e Vietnã.²⁴ Não obstante, a Inglaterra é o único país europeu a enviar menores rotineiramente para batalhas. Desde 1999 a idade mínima para o alistamento nas forças armadas para meninas e meninos é de 16 anos, com o consentimento dos pais. Em 2001 existiam cerca de 6.000-

²² OIT, Organização Internacional do Trabalho – Gabinete de Estatística, População Economicamente Ativa 1950-2010, STAT Trabalho, OIT 1997. **Piores Formas de Trabalho Infantil no Reino Unido.**

Disponível em: www.globalmarch.org/worstformsreport/world/united-kingdom. Acesso em 17/10/10.

²³ OIT Yearbook of Labour Statistics.2001. **Piores Formas de Trabalho Infantil no Reino Unido.**

Disponível em: www.globalmarch.org/worstformsreport/world/united-kingdom. Acesso em 17/10/10.

²⁴ Departamento de Estado dos EUA, o tráfico no Relatório de Pessoas, 12/07/2001. **O Tráfico de Crianças.** Disponível em: Disponível em: www.globalmarch.org/worstformsreport/world/united-kingdom. Acesso em 17/10/10.

7.000 menores de 18 anos nas forças armadas.²⁵ Oportuno destacar que na Inglaterra e País de Gales idade mínima para a imputabilidade é de 10 anos e na Escócia é de 8 anos de idade.

6. DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE TRABALHO INFANTIL

Em 2008, o número de crianças e jovens que estavam sujeitos a algum tipo trabalho encontra-se espelhado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Total de crianças trabalhando, empregadas e em trabalhos perigosos no mundo, em 2008.²⁶

2008	Total Crianças	Crianças trabalhando		Crianças empregadas		Crianças em trabalho perigoso	
	('000)	('000)	%	('000)	%	('000)	%
Mundo	1.586.288	305.669	19.3	215.269	13.6	115.314	7.3
Meninos	819.891	175.177	21.4	127.761	15.6	74.019	9.0
Meninas	766.397	129.892	16.9	87.508	11.4	41.296	5.4
5-11 anos	852.488	91.024	10.7	91.024	10.7	25.949	3.0
12-14 anos	364.366	85.428	23.4	61.826	17.0	26.946	7.4
5-14 anos	1.216.854	176.452	14.5	152.850	12.6	52.895	4.3
15-17 anos	369.433	129.217	35.0	62.419	16.9	62.419	16.9

Fonte: Artigo: Accelerating action against child labour. Global Report under the follow-up to the ILO Declaration on Fundamental and Rights at work 2010.

Analisando esta tabela, verifica-se que para a faixa etária de 5 a 14 anos, cerca de 176 milhões de crianças tem alguma relação de trabalho. E 153 milhões são classificados como trabalhadores infantis. Do total, estima-se que 53 milhões estão trabalhando em atividades consideradas perigosas.²⁷

O plano da ONU na Conferência Global do Trabalho Infantil, realizado em Haia (Holanda), direciona-se em erradicar o trabalho infantil até 2016.²⁸ Segundo o relatório publicado em Haia (2010), nota-se um abrandamento no ritmo de redução global, com o número de trabalhadores infantis ao redor do mundo tendo caído de 222 milhões (2004), para 215 milhões (2008), ou seja, uma queda de 3%.

²⁵ CSUCS, Relatório Global sobre Crianças Soldados – 2001. **As Piores Formas de Trabalhos Infantil no Reino Unido.**

Disponível em: www.globalmarch.org/worstformsreport/world/united-kingdom. Acesso em 15/10/10.

²⁶ Relatório Global da OIT – 2010. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/>. Acesso em 19/10/10.

²⁷ IPC/SIMPOC Global Child Labour trends 2004 to 2008. Acesso em 13/10/10.

²⁸ <http://unicef.org/spanish/infobycountry/uk.html>: O Relatório Global sobre o Trabalho Infantil avaliou os progressos realizados até hoje e destacou os desafios que ainda precisam ser vencidos para que o objetivo de eliminar as piores formas de trabalho infantil até 2016 seja de fato alcançado. Disponível em: <http://unicef.org/spanish/infobycountry/uk.html>. Acesso em 11/10/10.

6.1 Brasil

Para Renato Mendes²⁹, a questão do trabalho infantil no Brasil ainda é dramática: mais de 1,2 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 13 anos ainda eram vítimas de exploração em 2007, conforme tabela a seguir.

Tabela 2 - Crianças que trabalham no Brasil. Divulgação do IBGE.

Crianças Empregadas			REDUÇÃO
Idade/ANO	2006	2007	%
5-13 anos	1.371	1.200	0.5

Fonte: PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

Analisando a tabela, verifica-se que a incidência de crianças trabalhadoras caiu de 4,5% da população desta faixa etária, em 2006, para 4%, em 2007, ou seja, 171 mil delas deixaram de trabalhar.

6.2 Reino Unido

Segundo Abrams Fran³⁰, o número de jovens com empregos na Inglaterra, a tempo parcial, diminuiu consideravelmente nos últimos cinco anos. A pesquisa foi efetivada por 101 conselhos, *in verbis*:

Tabela 3 - Crianças com licença para trabalhar em tempo parcial, dados de 2004 e 2009, Inglaterra.

Crianças empregadas			REDUÇÃO
Idade /ANO	2004	2009	%
13-15 anos	50.000	30.500	39

Fonte: www.bbc.co.uk

Conforme se observa, houve redução no número de crianças empregadas, na faixa etária de 13 a 15 anos, entre 2004 e 2009, de 39%. A mesma estatística, também, informa que na faixa etária de 16 a 17 anos, em 1990, 4 em cada 10 adolescentes estavam empregados, e em 2009, pouco mais de 2 em cada 10 adolescentes se encontravam empregados.

²⁹ Gerente do Programa Internacional para Erradicação do Trabalho Infantil da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

³⁰ FRAN, Abrams. Artigo BBC out/2010 – Acesso em 19/10/10.

Por outro lado, o relatório da UNICEF informa que não há relação direta entre o nível de bem estar das crianças e o PIB das nações. Cita a República Checa, que obtém a melhor classificação geral que vários países mais ricos como a França, Áustria, os Estados Unidos e o Reino Unido.³¹ Em 24 de outubro de 2010, segundo a BBC, as autoridades britânicas encontraram sete crianças romenas, com idades entre 9 e 15 anos, trabalhando na lavoura no condado de Worcestershire, na Grã-Bretanha³².

7. PROGRAMAS DE PROTEÇÃO AO MENOR

7.1 Brasil

Alguns projetos governamentais propõem estratégias para acabar com a exploração de trabalho infantil. No Governo Federal, podem-se destacar a Bolsa Escola, a Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI, apontado pela OIT como modelo).

O PETI foi criado para que as crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil pudessem deixar o mercado e passassem a frequentar a chamada "jornada escolar ampliada". O programa contempla crianças de 7 a 14 anos, cuja renda per capita da família não ultrapasse meio salário mínimo. Essas crianças recebem a bolsa criança-cidadã (R\$ 25 nas zonas rurais e R\$ 40 nos centros urbanos), são obrigadas a frequentar as aulas e passam o resto do dia em um centro, onde monitores desenvolvem atividades culturais, esportivas e de lazer.

A administração do PETI é descentralizada e os interessados podem obter mais informações sobre o programa junto à Prefeitura e à Secretaria da Educação de seu município. No âmbito do Ministério do Trabalho, foram criadas em todos os Estados, Comissões Estaduais contra o Trabalho Infantil. No Ministério da Justiça, estabeleceu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Nos Estados e Municípios foram criados os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Para promover a integração das ações do Governo Federal foi instituído o Grupo de Repressão ao Trabalho Forçado (GERTRAF).

³¹ Relatório: O bem-estar das crianças nos 21 países da OCDE, realizado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância. Disponível em: WWW.childlabourconference2010.com. Acesso em 17/10/10.

³² Uma operação da Gangmasters Licensing Authority (GLA), que regula o fornecimento de trabalhadores para agricultura, horticultura e outras atividades, e da polícia de West Mercia encontrou um grupo de crianças e adultos em Kempsey. Os menores, entre eles alguns que estavam acompanhados pelos pais, foram entregues à programas de proteção de crianças. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/portuguese/lg/noticias>. Acesso em 24/10/10.

7.2 Reino Unido

Quanto ao Salário Mínimo Nacional (*National Minimum Wage - NMW*), não há na Lei do Reino Unido a devida proteção, pois os que estão em idade de escolaridade obrigatória não têm direito ao NMW. O valor do Salário Mínimo Nacional é de £ 4,83 libras por hora para um adulto de 18 a 21 anos de idade, e £ 5,80 por hora para um adulto acima de 22 anos. Com 16 anos ou mais (e desde que concluída a escolaridade obrigatória) têm o direito de £ 3,57 por hora. Os aprendizes com idade inferior a 19 anos não têm direito ao Salário Mínimo Nacional, e nem os aprendizes com 19 ou mais durante os primeiros 12 meses de aprendizado. Os empregadores devem informar o departamento de educação da sua autoridade local que empregaram uma criança em idade escolar, sendo emitida uma autorização de trabalho, requisito essencial. Nos regulamentos são listados os empregos que as crianças com 13 anos de idade podem trabalhar, a quantidade de horas, condições de trabalho e a natureza do emprego.

Na Inglaterra a responsabilidade de fazer segue os acordos do Convênio do Comitê para os Direitos da Criança, entidade internacional formada por especialistas, na qual há, também, um comissário infantil, responsável por promover a conscientização da opinião das crianças, interesses e outros direitos garantidos pela Convenção OIT. As Ações do Gabinete do Comissário incluem as funções de promover e proteger os direitos de todas as crianças e jovens da Inglaterra e cobrar do governo todas as medidas para implementação dos direitos da criança.

O governo promoveu pesquisas de opiniões dos adultos e crianças, cujo levantamento abrangeu uma série de áreas, incluindo saúde, educação e lazer, encerrado em 31 de janeiro de 2007, e trouxe ações implantadas pela CRAE (*The Children's Rights Alliance for England*), uma organização não-governamental que produz o exame de como o governo responde às conclusões da Comissão e as recomendações³³.

³³ O relatório resume os desenvolvimentos positivos e negativos em matéria de direitos humanos das crianças na Inglaterra. Em junho de 2008, a instituição CRAE submeteu a uma avaliação abrangente de políticas, legislação e prática na Inglaterra, para o Comitê da ONU sobre os Direitos da Criança. Aprovado por mais de 100 organizações não-governamentais, fez 152 recomendações para o fortalecimento dos direitos das crianças na Inglaterra. Um dos aspectos mais inovadores da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança é o foco na participação de direitos. O artigo 12 da Convenção assegura a todas as crianças que são capazes de formar uma opinião o direito de expressar essa opinião livremente em todas as matérias referidas a elas, de acordo com a idade e maturidade da criança. Há outros direitos da Convenção, como o acesso à informação, liberdade de associação e de expressão e o respeito da evolução da capacidade da criança - apoiar ativamente a

7.2.1 Programas instituídos pelo CRAE

As atividades da CRAE para integração da Convenção sobre os Direitos da Criança na legislação do Reino Unido visam promover a incitação das principais instituições de caridade, advogados e ativistas dos direitos das crianças para formar uma coalizão, instando o governo a tornar a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, parte da legislação da Grã-Bretanha (ROCK).

Em março de 2009, o governo do Reino Unido publicou um documento denominado Livro Verde, que estabelece ideias e propostas sobre os direitos das crianças e jovens. Em janeiro de 2010, as crianças e jovens de CRAE UNICEF e do Reino Unido se reuniram com o ministro de Direitos Humanos Michael Wills para compartilhar suas opiniões sobre “Bill” (conta) do Governo de Direitos e Responsabilidades.

A Lei da igualdade recebeu a aprovação real, mas exclui os menores de 18 anos de proteção da discriminação baseada na idade. Esta lei, que reúne toda a legislação de discriminação existente e se estende à proteção contra tratamento injusto, exclui explicitamente as crianças e jovens de proteção jurídica contra a discriminação em razão da idade na prestação de serviços, sendo deixada com pouca ou nenhuma proteção legal. A CRAE fez “lobby” para que as crianças possam apelar para o Superior Tribunal sobre casos de necessidades especiais educacionais, avaliações e discriminações por deficiências escolares, em seu próprio nome. Com financiamento da Fundação Esmée Fairbairn, a entidade está executando um projeto novo para examinar o que duas grandes áreas de vida das crianças e dos jovens seria semelhante – a família e a justiça juvenil – e se foram os seus direitos humanos respeitados plenamente.³⁴

8. CONCLUSÃO

No discorrer deste estudo foi versado que o conteúdo do Direito Internacional dos Direitos Humanos, consubstanciado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, na qual enfoca a proteção social que deve ser dada à infância, tendo direitos a cuidados e assistências especiais. A ação pró-ativa da OIT (Organização Internacional do Trabalho), conseguiu influir

aplicação do artigo 12. O Comitê sobre os Direitos da Criança Comentário Geral "O direito da criança a ser ouvida" afirma que esses direitos são complementares e interdependentes: juntos, eles asseguram que todas as crianças podem participar em questões que lhes dizem respeito.

³⁴ Disponível em: <http://www.crae.org.uk/protecting/the-reality-of-childrens-rights.html>. Acesso em 17/10/10.

positivamente em todo o processo de implementação das Convenções, além de elaborar e auxiliar na criação de normas e programas tanto no Brasil como no Reino Unido. A Convenção nº. 138, visa abolir o trabalho infantil, pois estipula a idade mínima de admissão ao emprego não inferior à idade de conclusão do ensino obrigatório. Nesse caminho, a Convenção nº. 182 defende a adoção de medidas imediatas e eficazes para a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Verificou-se não haver relação direta entre o nível de bem estar das crianças e o PIB (Produto Interno Bruto) de cada nação analisada e que esta é melhor medida através do índice de desenvolvimento humano: *in casu*, no Brasil (IDH 0,812) e do Reino Unido (IDH 0,947).

Observou-se que a legislação no Brasil, quanto ao trabalho infantil, compreende a Constituição Federal, que fixa critérios sobre a dignidade humana, visando a preparar os menores para se tornarem a prova de sustentação da ordem política e social do país, a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) a qual estabelece como menor, o trabalhador com idade de quatorze até dezoito anos de idade, e o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), que propôs regras especiais para sua tutela e proteção. De outro lado, no Reino Unido, verificou-se que a legislação é composta de fontes escritas, mas não codificadas.

A OIT flexibiliza a idade para admissão ao trabalho em função do desenvolvimento do país e suas necessidades, admitindo a idade mínima de 14 anos. Sugere a idade mínima de 13 anos para trabalhos considerados leves, ou seja, aqueles não susceptíveis de afetar a sua segurança, saúde e educação. Nesse caminho, o Reino Unido ratificou a Convenção dos Direitos da Criança em 16/12/1991, estipulando a idade mínima de 13 anos para trabalhos leves. Ainda, as crianças em idade escolar, ou seja, até os 16 anos, têm escolaridade obrigatória. Podem trabalhar no máximo 12 horas por semana no período letivo, sendo um máximo de 2 horas nos dias de aula e aos domingos.

No Brasil, a Convenção nº. 182 passou a vigorar a partir de 02/02/2001, sendo que, infelizmente, ainda precisam ser erradicados algumas piores formas de trabalho infantil, tais como, trabalho escravo em canaviais, em minas de carvão e outros. No Brasil, quanto aos projetos governamentais, pode-se destacar os programas assistenciais como o Bolsa Escola, Bolsa Família e o PETI, este último apontado pela OIT como modelo, criado para que as crianças envolvidas nas piores formas de trabalho infantil pudessem deixar o mercado de trabalho.

No Reino Unido, conforme relatório da OIT, em 2000 havia cerca de 30% das crianças de 12 anos de idade empregadas. Ainda, a Inglaterra é o único país europeu a enviar menores para a batalha, sendo que os alistamentos nas forças armadas para ambos os sexos é de 16

anos, com autorização dos pais. É, também, o destino de jovens traficados para prostituição, trabalhos domésticos e na agricultura.

Dentre os programas implementados naquele país pelo CRAE (*The Children's Rights Alliance for England*), destaca-se a incitação das principais instituições de caridade, advogados e ativistas em todo o Reino Unido, formando uma coalizão para tornar a CDC (Convenção dos Direitos das Crianças) parte da legislação da Nação. Como resultado o governo publicou um documento denominado Livro Verde em que estabelece ideias e propostas sobre os direitos das crianças e jovens. Embora a Lei de igualdade tenha recebido aprovação real, excluiu os menores de 18 anos da proteção de discriminação baseada na idade, sendo deixados com pouca ou nenhuma proteção legal, por exemplo, ao salário mínimo nacional enquanto em idade de escolaridade obrigatória.

Conclui-se que, dos dados estatísticos apresentados no presente estudo, em 2008, haviam cerca de 176 milhões de crianças de 5 anos a jovens de 14 anos empregadas, sendo cerca de 53 milhões em trabalhos perigosos. No Brasil, segundo levantamento do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), a questão do trabalho infantil ainda é dramática, sendo que mais de 1,2 milhão de crianças de 5 a 13 anos, em 2007, eram vítimas de exploração como trabalhadores. Mas na Inglaterra, em 2009, cerca de 30 mil crianças e jovens de 13 a 15 estavam empregadas. Houve uma redução de 39% no período de 2004 a 2009, para a faixa etária de 13 a 15 anos de idade. Para a faixa etária de 16 a 17 anos, há 2 em cada 10 adolescentes empregados, ou seja, apesar dos dados apresentarem melhoras ao longo das décadas, ainda é preciso intensificar os programas no Brasil e Reino Unido para a erradicação total do trabalho infantil a médio prazo.

9. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ana S. Voss. Estado & Atividade Econômica. **O Direito Laboral em Perspectiva**. Curitiba: Juruá, 2007.

CORRÊA, Lelio Bentes. VIDOTTI, Tarcio José Vidotti. **Trabalho Infantil e Direitos Humanos**. São Paulo: LTr, 2005.

DIGIÁCOMO, Murillo José. DIGIÁCOMO, Ildeara de Amorim. **O Estatuto da Criança e do Adolescente, anotado e interpretado**. Curitiba: Imprensa Ministério Público do Trabalho do Paraná, 2010.

GASKELL, Elizabeth. **North and South**. 1854-5. Oxford: Oxford UP, 1982.

JOSVIK, Mariane. BLEY, Regina Bergamaschi. **Aprendizagem Profissional e Políticas Públicas, aspectos jurídicos, teóricos e práticos.** São Paulo: LTr, 2009.

LAGE, Jose Alves Lage. **O Direito do Trabalho e o Direito Internacional.** São Paulo: LTr, 2005.

MARTINS, Adalberto. **A Proteção Constitucional ao Trabalho de Crianças e Adolescentes.** São Paulo: LTr, 2002.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Contribuições Sindicais: Direito Comparado Internacional.** São Paulo: Atlas, 2004.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. **Manual do Trabalho do Menor.** São Paulo: LTr, 2009.

OLIVA, José Roberto Dantas. **O Princípio da Proteção Integral e o Trabalho da Criança e do Adolescente no Brasil.** São Paulo: LTr, 2006.

OLIVEIRA, Sandra L Sabo. **Reflexos da Globalização da Economia nas Relações de Trabalho: México, Inglaterra e China.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

PINHEIRO, Carla. **Direito Internacional e Direitos Fundamentais.** São Paulo: Atlas, 2001.

RUSSOMANO, Gilda Maciel Corrêa Meyer. **Direito internacional Privado do Trabalho: conflitos especiais de leis trabalhistas.** Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SUSSEKIND, Arnaldo. **Direito Internacional do Trabalho.** 3. ed. São Paulo: LTr, 2000.

VILLATORE, Marco Antônio. **Estado & Atividade Econômica. O Direito laboral em Perspectiva.** Curitiba: Juruá, 2007.

BRASIL. Constituição da República de 1988.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei n. 5.452 de 1943.

Sítios pesquisados:

<http://br.answers.yahoo.com/question>.

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/1g/noticias>.

<http://www.childlabourconference2010.com>.

<http://www.crae.org.uk/protecting/the-reality-of-childrens-rights.html>

<http://www.globalmarch.org/worstformsreport/world/united-kingdom>.

<http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public>.

<http://www.merriam-webster.com> – em 20.10.10.

<http://repositorioaberto.univ-ab.pt/handle>.

<http://unicef.org/spanish/infobycountry/uk.html>.

<http://unicrio.org.br/paises-concordam>

<http://wapedia.mobi/pt/Reino Unido>.